



de Brasília

Economia - Brasil

O ajuste e seus bodes

• Os políticos mais experientes estão duvidando de que o presidente Fernando Henrique vá apresentar aos líderes amanhã alguma nova medida do ajuste fiscal. Já ficou claro, pela movimentação dos partidos aliados, que esta semana ninguém quer saber de ajuste. Só de eleição. Pefelistas, tucanos e peemedebistas organizaram caravanas e estão percorrendo os estados para ajudar seus candidatos na reta final do segundo turno.

O presidente do PFL, Jorge Bornhausen, estava ontem em São Paulo com o senador Antônio Carlos Magalhães e líderes pefelistas, numa visita de apoio ao candidato Paulo Maluf. Bornhausen não acredita no sucesso da reunião de líderes com FH amanhã para discutir o ajuste. O encontro, acertado na semana passada, foi anunciado pelo líder do partido, Inocêncio Oliveira.

— Acho essa reunião inexequível no meio da campanha. O presidente está chegando de viagem, vai primeiro querer se reunir com a equipe econômica. Depois então deve chamar os parlamentares — diz o presidente do PFL.

Na verdade, Bornhausen e os outros líderes da base parlamentar governista preferem, às vésperas do segundo turno nos estados, tratar o mínimo possível do que diz respeito ao ajuste. E, quanto menos se sabe, menos se fala.

Uma reunião para debater o assunto, como está prevista para amanhã, colocará as medidas no foco da atenção. Se discutir alguma proposta nova, polêmica, será inevitável seu vazamento, as reações e o início de uma discussão que pode ser um prato cheio para as oposições. Aumento de imposto, por exemplo, qualquer que seja ele. A essa altura, o debate seria arriscado para os candidatos ligados ao Palácio do Planalto — que já não andam lá muito bem.

— Eu não sei quais são essas medidas. Naturalmente, não são suaves — diz Bornhausen.

No partido do presidente, também não havia ontem nenhuma pressa em se tomar conhecimento do ajuste. A cúpula do PSDB organizou caravanas aos estados onde os tucanos estão no segundo turno.

O secretário-geral do partido, deputado Artur Virgílio, o líder Aécio Neves e o presidente Teotônio Vilela estiveram ontem em Roraima apoiando a candidata Tereza Jucá e hoje irão ao Pará e ao Mato Grosso do Sul. É para dar uma força a Almir Gabriel, que disputa a reeleição contra o peemedebista Jader Barbalho, e a Ricardo Bacha, que briga com Zeca do PT. A próxima parada é Goiânia, amanhã, onde devem fazer campanha para Marconi Perillo. Em meio a esse roteiro, o líder Aécio Neves só virá a Brasília esta semana se a reunião no Planalto não for adiada.

Adiada, pode não ser. Mas deve ficar esvaziada.

O apelo dos aliados para que FH não permita que o ajuste fiscal atropele a reta final da campanha deixa o presidente numa situação difícil. Há enor-

mes expectativas, entre os interlocutores internacionais do Brasil e em especial do FMI, de que hoje, dia 20, seja o dia D do ajuste. Afinal, foi isso o que anunciou o presidente em seu primeiro pronunciamento após a vitória nas eleições.

Cancelar o encontro com os líderes, além de fazer cair as bolsas e as expectativas internacionais, equivalerá a passar recibo de que o Governo está adiando o anúncio das medidas por causa da eleição. Daí a se voltar àquela comparação com o Cruzado II e à velha conversa sobre estelionato eleitoral, é um passo.

Ao mesmo tempo, contudo, FH está tão interessado quanto os partidos de sua base em eleger governadores aliados nos estados. Afinal, o sucesso do ajuste, especialmente no que se refere a corte de gastos do setor público, depende dos governadores. Isso sem falar na reforma tributária, que só sai se for apoiada pela maioria dos governantes estaduais.

Por isso, é possível que o presidente altere o calendário da divulgação do ajuste. Deve manter o prazo de hoje para receber as medidas da equipe econômica. Mas só as envia ao Congresso e dá divulgação formal na semana que vem, depois de fechadas as urnas do segundo turno. Até lá, vai ler, examinar, conversar, anunciar uma coisa aqui, outra ali.

FH deve se reunir com dirigentes e líderes do Legislativo amanhã. Mas para ouvir sugestões e discutir propostas já amarradas, como o aumento da alíquota da CPMF de 0,2% para 0,3% e a permanência da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda da Pessoa Física, entre outras. O projeto de lei complementar que vai tratar das finanças públicas — instituindo um gatilho para paralisar os gastos sempre que ultrapassarem o limite — também já é proposta conhecida.

Mas é bom que o Governo não se iluda com a distância que os líderes querem manter do ajuste fiscal esta semana. Depois de domingo, o tema vai dominar a agenda.

Os políticos costumam reclamar muito dos pacotes econômicos que recebem como pratos feitos. Uma vez no Congresso, acabam colocando sua marca no projeto. Por isso, quase sempre o Governo inclui algum dispositivo que terá sua retirada negociada depois.

Desta vez, parece que FH quer fazer diferente, como mostram as conversas prévias com os líderes. Mas esses, acostumados às manhas do Executivo, já estão procurando o "bode" que vão retirar do texto do ajuste fiscal.